

JAN - MAR | 2021

EDIÇÃO COMEMORATIVA  
AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

# BOLETIM DO ECONOMISTA

# BOLETIM DO ECONOMISTA

FORTALEZA-CE  
2021

# EXPEDIENTE

## COMISSÃO EDITORIAL

Silvana Maria Parente Neiva Santos - Coordenadora

Allisson David de Oliveira Martins

Álvaro Martins de Carvalho Filho

Desirée Custódio Mota

Fábio Castelo Ponte de Araújo

José Ibiapina Alencar Andrade

Henrique Jorge Medeiros Marinho.

José Wanderberg Rodrigues Almeida

Ricardo Eleutério Rocha

## PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Trimestral

## IDIOMAS

Só serão aceitos artigos escritos em português.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 10 do último mês da edição em formato arial 12, contendo no mínimo 5000 e no máximo 15 mil caracteres.

## CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Vanêssa de Sousa Madeira

## AUTOR CORPORATIVO

Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE

Avenida Antônio Sales 1317 - SALA 102

CEP: 60135-101

Joaquim Távora - Fortaleza - CE

**PRESIDENTE:** Ricardo Aquino Coimbra | **VICE PRESIDENTE:** Silvana Maria Parente Neiva Santos | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Allisson Martins, Anderson Bezerra, Desirée Mota, Fábio Castelo Branco, Izabel Colares, Jose Ibiapina, Marcos Matos Brito, Ricardo Coimbra, Silvana Parente e Vicente Ferrer. | **CONSELHEIROS SUPLENTE:** Álvaro Martins, Darla Lopes, Francisco José Bezerra, Heloisa Aquino, José Wandemberg, Ricardo Eleutério, Reges Daniel, Rogério Fontenelle e Zaira Caldas Oliveira. | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Vicente Ferrer | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Zaira Caldas Oliveira.

# SUMÁRIO

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA EM 2020: PANDEMIA E SOFRIMENTO. _____	07
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO. _____	12
EMPREENDEORISMO FEMININO E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS _____	16
O PROTAGONISMO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR - FATOR DE SUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICO _____	19
AS DETERMINANTES DA DEMANDA TURÍSTICA NO CEARÁ. _____	24
HOMENAGEM AS MULHERES ECONOMISTAS E EMPREENDEDORAS _____	32
Mônica Alves Amorim _____	32
Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos _____	35
Neide Martins _____	37

# APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – CORECON-CE tem a satisfação de apresentar a edição do primeiro trimestre de 2021 do Boletim do Economista.

Nesse momento, o Brasil enfrenta o período mais crítico de enfrentamento da pandemia, com o aumento dos casos de infecção e mortes, e impacto direto na recuperação gradual das atividades econômicas ocorrido no final do ano passado, corroborando a tese de que saúde e economia estão intimamente correlacionados.

O Programa Nacional de Imunização ainda está a passos lentos, pela falta de planejamento oportuno na aquisição de vacinas e de imunizantes para sua produção nacional. A esperada segunda onda da pandemia passou a exigir dos governos nacional e subnacionais medidas restritivas que voltam a comprometer o ritmo de retomada da economia e a capacidade de atendimento do sistema nacional de saúde.

Acentuaram-se nestes tempos de pandemia problemas estruturais da economia brasileira, em especial com respeito ao nível de ocupação e desigualdades sociais, ameaçando a sobrevivência da maioria da população. Por outro lado, da mesma forma que a pandemia impacta setores, regiões e pessoas de forma diferenciada, também é distinto o impacto da pandemia entre homens e mulheres, explicitando de forma acentuada a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Por isso o CORECON-CE está trazendo ao debate público a participação da mulher no mercado de trabalho, em especial, em tempos de pandemia. Esta edição do Boletim do Economista está dedicada à mulher, em homenagem ao dia e mês internacional da mulher, com temáticas relacionadas ao trabalho feminino no combate ao coronavírus, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho nacional e cearense, o protagonismo do empreendedorismo feminino e da mulher na agricultura familiar, além da preocupação com a queda brusca da atividade turística.

Ainda nesta edição, o CORECON CE, em nome de todas as mulheres economistas, tem a honra de homenagear 3 mulheres, economistas e empreendedoras que, com o seu trabalho, têm feito a diferença na vida de muitas pessoas. Atualmente as mulheres economistas cearenses representam 30% do total de economistas registrados no sistema CORECON CE. A todas elas nossas congratulações pela escolha da profissão.

São apresentados os seguintes artigos:

- As relações de gênero e raça em 2020: pandemia e sofrimento - Hildete Pereira de Melo
- Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho - Silvana Parente
- Empreendedorismo Feminino de Oportunidades de Negócios – Desiree Mota
- O Protagonismo da Mulher na Agricultura Familiar – Roberto Pontes
- Os Determinantes da Demanda Turística no Ceará – Álvaro Martins

Agradecemos a todos os economistas e profissionais que contribuíram de forma voluntária para qualificar esse debate. Boa leitura!

Silvana Parente

Vice Presidente e Coordenadora da Comissão Editorial

Ricardo Coimbra

Presidente



## **HILDETE PEREIRA DE MELO**

Professora da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia

# AS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA EM 2020: PANDEMIA E SOFRIMENTO

Nos primeiros dias de março de 2021 as mortes por covid-19 atingem cerca de 257 mil em todo o País. E o Brasil já convive com cepas genuinamente brasileiras que espalham o terror pela contaminação no mundo inteiro. Há um ano a pandemia irrompeu com um realismo cruel na vida da população mundial e igualmente no Brasil. E como um raio o vírus em 3 meses espalhou-se pelo mundo. E, pasmem numa sociedade já combalida pela crise econômica com milhões de desempregados e desalentados, a tragédia da pandemia desnudou de forma dramática as desigualdades ancestrais da sociedade brasileira.

Para nossa tragédia, foi neste cenário de uma economia estagnada que explodiu a crise da saúde. E o país vem aos trancos e barrancos num ziguezague de meias medidas ou nenhuma vendo o vírus se espalhar e contribuir para ampliar a crise sanitária nacional. E olhem que não faltaram aviso, o exemplo dos países europeus foi no sentido contrário ao adotado pelo governo brasileiro de ignorar a pandemia.

Estas reflexões têm como preocupação discutir os impactos da pandemia nas vidas das mulheres. Pois, a pandemia aqui aportou quando a economia brasileira vivia e vive sua pior crise econômica. desde os anos 1930 – estagnação e crise da saúde. E as mulheres estão no centro das respostas na

crise sanitária, seja pela presença no atendimento à saúde, seja nos cuidados com a família.

Assim, é preciso assegurar que as vozes – necessidades e demandas – das mulheres estejam no centro da resposta dos governos (federal, estadual e municipal) das políticas públicas de atendimento à população como resposta à crise. Porque as mulheres são essenciais na luta contra o Covid19 ao enfrentarem os desafios dos cuidados, na família e no trabalho como profissionais da saúde, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras informais.

### **Onde estão as mulheres?**

No Brasil ao longo dos últimos setenta anos a participação das mulheres na força de trabalho cresceu, de 13,6% da População Econômica Ativa (PEA) em 1950, para 44,1% em 2000 (IBGE, Censos, 1950 e 2000) e desde então esta participação continuou neste patamar. A pandemia elevou a desigualdade para todos os trabalhadores, mas foi mais intensamente vivida pelas mulheres. As mulheres tiveram cerca de 7 milhões de postos fechados, enquanto os homens cerca de 2 milhões (IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2020). E para nosso espanto no 4º trimestre de 2020 a participação das mulheres no mercado de trabalho voltou aos níveis de 1990 (O Globo, 2/03/2021). Notem que até a tragédia da pandemia esta taxa continuava proporcionalmente menor que a dos homens ao longo destas décadas. Mas, agora encolheu para a década de 1990. Foram perdidos milhares e milhares de postos de trabalho das mulheres que não sabemos se voltarão.

Independente da crise sanitária, as estatísticas mostram que na vida cotidiana, há uma dependência econômica das mulheres na sociedade. E para nossa tristeza esta é mais significativa para as camadas mais pobres da população, sobretudo para as mulheres pretas e pardas. Desta forma, a ida das mulheres ao mundo do trabalho remunerado no Brasil, nas cinco últimas décadas não significou a construção da igualdade no mundo do trabalho e tampouco uma maior participação masculina nos cuidados da família.

E de forma dramática esta desigualdade é uma realidade presente na vida das mulheres em todos os países. E quando fazemos diante da pandemia o cruzamento das duas esferas (os cuidados na família e trabalho remunerado) este escancara a permanência da sobrecarga de trabalho das mulheres ao longo dos tempos (Melo, Morandi, Dweck, 2020).

A socialização das mulheres “naturalmente” as encaminha na ida ao mercado de trabalho remunerado para os setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos remunerados, alojamentos, alimentação, atividades que estão diretamente relacionadas à reprodução da vida. E os homens estão concentrados na agropecuária, indústria, construção civil, atividades relacionadas à produção dos bens materiais. Assim, elas estão mais presentes nos setores produtivos que apresentam menor remuneração e piores coberturas sociais e ganham em média cerca de 25% menos que os homens, mesmos com cargos e qualificação semelhantes (Melo & Thomé, 2018, cap. 6).

Na realidade a crise econômica brasileira, dos últimos anos, tem possibilitado um deslocamento do trabalho formal (com carteira de trabalho) para o informal e de forma perversa 82% destes novos postos de trabalho foi ocupada por mulheres negras, grande parte delas no emprego doméstico. Notem que 71,2% destes postos de trabalho são informais, e as demais são trabalhadoras por conta própria (ambulantes e cuidadoras). Uma das consequências da crise econômica foi o crescimento do empreendedorismo e as mulheres são a maioria das microempreendedoras individuais e provavelmente são todas “informais” que migraram diante do desemprego para estas novas formas de trabalho (Teixeira, 2018). Outro aspecto que devemos chamar atenção e que estas mulheres cerca de 45% são responsáveis pela família e a perda de rendimentos com o aumento do desemprego tem afetado seus filhos e dependentes, tornando toda sua família um batalhão de miseráveis (Melo, Morandi, 2020).

Por pressão da sociedade e do Congresso Nacional foi assinada a Lei 13.982 de 02/04/2020 que criou o auxílio emergencial para quem não recebia benefícios previdenciários ou assistenciais, além do seguro-desemprego. Esta medida definiu que as mulheres chefes de família que preencham estas condições recebam R\$ 1.200 reais inicialmente nos próximos três meses, depois prorrogado por mais 3 meses e de outubro/dezembro o benefício foi reduzido para R\$ 300,00 e as famílias chefiadas por mulheres reduzidas a R\$ 600,00. Vitória da grita feministas ouvida pelo Parlamento Nacional.

Para as mulheres outra questão da vivência numa sociedade patriarcal foi o aumento da violência doméstica devido ao confinamento das famílias, fenômeno não só brasileiro. E o depoimento da juíza titular da vara de violência doméstica do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Adriana Mello mostra a

preocupação que deve ter cada unidade da federação com relação a esta questão tão espinhosa para todas as mulheres. *“É importante reforçar que se ela está sofrendo violência física pode ligar para o 190 e acionar a Política Militar...as delegacias da mulher também estão abertas 24 horas ...”* (Jornal O Globo, Celina, 2020, p.16).

Um dos temas que esta pandemia trouxe à tona de forma avassaladora para a sociedade brasileira foi a dimensão da divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho não-remunerado realizado para a reprodução da vida no interior das famílias. As classes médias nacionais contemporizaram com esta situação ao longo de toda a nossa história. E assim, as trabalhadoras domésticas são ainda um dos maiores contingentes de trabalhadores nacionais, significam 14,6% dos trabalhadores nacionais (IBGE, PNADC, 2018) e destes milhões de trabalhadores 92% são mulheres. Elas necessitam de proteção especial do Estado, porque são a grande maioria trabalhadoras informais, perderam seus trabalhos e além da ameaça de fome são mais vulneráveis a violência doméstica. Vejam que a pandemia expos de forma contundente a realidade do trabalho doméstico: afazeres domésticos e cuidados, trabalhos realizados majoritariamente pelas mulheres e que acontecem ao longo de todo o dia. Será que os novos tempos que se anunciam, as mulheres exigirão novas atitudes masculinas? Temos esperança que a pandemia revele alguma mudança no comportamento masculino, em relação às estas atividades?

Uma grande preocupação internacional e nacional é com as pessoas que trabalham nos serviços essenciais de saúde. Estas são massivamente as enfermeiras, atendentes de enfermagem, fisioterapeutas, assistente sociais, professoras e médicas. No Brasil, as mulheres preenchem 63% das vagas de emprego consideradas de grande risco em relação ao Covid19. Enquanto são 43% da força de trabalho do país (IBGE) Por sua vez a Associação Brasileira de Saúde Coletiva afirma que é preciso “rever o ambiente de trabalho, investir em higienização, equipamentos de proteção” (O Globo, 05/04/2020, p. 4).

## **A guisa de conclusões**

O retrato traçado acima depara-se no momento com um quadro de desatinos e retóricas desastrosas sobre as propostas de políticas públicas para enfrentar esta crise. Da negação da vacina como forma de vencer a pandemia

e o aprofundamento da crise econômica pela política do isolamento social, método adotados pelos os países, enquanto esperam o efeito da vacina. O governo brasileiro trilhou um caminho diverso, negou a pandemia, ridicularizou a vacina, recomendou medicamento ineficaz e vê chegamos em março de 2021 com as mortes se multiplicando e as UTI lotadas e o povo a sofrer.

Sem dúvida a pandemia trouxe para o debate nacional a pobreza da sociedade brasileira e sobretudo o fardo das tarefas domésticas e da difícil conciliação das mulheres em viver a maternidade e o trabalho remunerado. As trabalhadoras com filhos/as com menos de 14 anos necessitam de escolas em tempo integral e aquelas com crianças de 0 a 3 anos de idade de creches. Políticas que ainda são precárias no Brasil. É preciso que o governo brasileiro priorize as mulheres nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em geral e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

### Referências:

IBGE, Censos, 1950, 1970, 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNADC, 2018; PNADC Covid19, 2020.

Jornal O Globo, Miriam Leitão, 2/03/2021, p. 16; *Celina*, 15/04/2020, p.16;

Melo, Hildete Pereira de, Thomé, Debora, *Mulheres e Poder – Histórias, Ideias e Indicadores*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018.

Melo, Hildete Pereira de Morandi, Lucilene, Dweck, Ruth, Uso do tempo e a valoração do trabalho não remunerado, em Melo, H.P.de, Moraes, Lorena (orgs), *A arte de tecer o tempo – perspectivas feministas*, Campinas, SP, Pontes Editores, 2020, pp 109-140.

Melo, Hildete Pereira de, Morandi, Lucilene, *Os cuidados no Brasil: Conquistas, legislação e políticas públicas*, São Paulo, Friedrich Stiffung (FES) Brasil, 2020.

Electronic edição: DIGBIB-Permalink:  
<http://www.fes.de/cgi-bin/gbv.cgi?id=17083&ty=pdf>

Teixeira, Marilane Oliveira, *A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres*, em Rossi, P, Dweck, E. Oliveira (orgs), *Economia para poucos – impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo, Autonomia Literária, 2018, pp. 281-300.

**SILVANA PARENTE**

Doutora em Economia, Diretora de Economia Popular e solidária da Adece e Vice-presidente do CORECON-CE.

## DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Uma farta literatura já comprovou que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho no Brasil estruturam-se principalmente por meio da concentração das mulheres em setores e ocupações tradicionalmente associadas ao sexo feminino, e se manifestam em desigualdades salariais. As funções preferencialmente atribuídas às mulheres são vistas como um prolongamento de seus atributos naturais e isto é usado como justificativa para receberem menores salários. Esta condição de persistente injustiça tem como consequência uma segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho, institucionalizada por normas e práticas sociais.

O objetivo deste artigo é analisar os dados recentes da participação da mulher no mercado de trabalho, em especial para o Estado do Ceará e captar os efeitos da pandemia segundo o recorte de gênero no mercado de trabalho. Primeiro é importante esclarecer que usamos duas fontes distintas de dados. A primeira fonte foi a base de dados do CAGED que contempla informações mensais de estoque e fluxo de trabalhadores e trabalhadoras no mercado formal de trabalho, portanto, com carteira assinada. A segunda foi a pesquisa PNAD Contínua do IBGE de divulgação trimestral que engloba uma visão mais ampliada e estrutural do mercado de trabalho, uma vez que mede a força de trabalho total, o número de pessoas ocupadas, desocupadas, subocupadas e a

distribuição dos ocupados por categoria de ocupação: setor privado, setor público, trabalho doméstico, empregadores, trabalhadores por conta própria, subdividindo cada categoria dessas em formal, com carteira assinada ou CNPJ ou informal.

Analisando os dados do CAGED para o ano de 2020 no Ceará, verifica-se que o emprego formal no Estado teve um saldo positivo de 18.546 pessoas no ano, a despeito da pandemia, sendo que foram 15.989 homens (86%) e apenas 2.557 mulheres (14 %), enquanto o estoque do emprego formal foi de 842 mil homens (56%) e 668 mil mulheres (44 %). Além disso a remuneração média dos trabalhadores registrados em 2019, antes da pandemia já era desigual, e R\$ 2.550,18 entre homens e R\$ 2.354,91 entre mulheres. Mesmo tendo mais anos de escolaridade que os homens, as mulheres cearenses com carteira assinada ganham em média menos que seus colegas do sexo masculino.

Isso demonstra que as desigualdades de gênero são uma questão estrutural e que na pandemia a inserção de mulheres, no caso a admissão no mercado formal de trabalho, foi relativamente menor que sua participação no estoque de empregos.

A OIT - Organização Internacional do Trabalho lançou alerta de que a pandemia atinge homens e mulheres de forma diferente. A pandemia revelou a presença substancial de mulheres na linha de frente como profissionais de saúde, em sua maioria mulheres, mais expostas ao risco da COVID19. Até 2013 no Brasil o trabalho doméstico era a primeira posição na ocupação das mulheres, perdendo a partir de então para a administração pública que engloba as atividades de saúde e educação, seguida da atividade de comerciária. O trabalho doméstico foi a ocupação que mais perdeu vagas, tendo caído 20% no Brasil em 2020. Trabalhadoras domésticas e diaristas enfrentam maior risco de desemprego, gerando insegurança na renda e maior exposição à violência doméstica, por conta de uma convivência forçada que exacerba tensões dentro de casa.

Além dos salários mais baixos, a força de trabalho feminina continua sendo responsável pelos afazeres domésticos e cuidados pessoais no mundo. As mulheres despendem mais que o dobro de horas nesse tipo de atividade em comparação com as horas dedicadas pelos homens. Ou acontece a conhecida jornada dupla ou a trabalhadora em geral acaba empregando outra mulher que a substitui em casa, em condições inferiores, reproduzindo o ciclo de desigualdades. O fechamento de escolas e creches também impôs encargos

adicionais para as mulheres em casa.

Com respeito aos dados do IBGE-PNAD Contínua, de setembro de 2020, primeiro registramos o elevado nível de informalidade das ocupações. De uma força de trabalho total de 3.069 cearenses, 502mil (14,1%) estavam desocupados e mais 340 mil subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Fora da força de trabalho existem 460 mil desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego e, portanto, são suprimidas do índice de desocupação da força de trabalho. O mais grave, 56% dos trabalhadores cearenses estão na informalidade, seja sem carteira assinada ou por conta própria e empregadores sem CNPJ, por conseguinte sem proteção social, inclusive previdenciária. Antes da pandemia, em março de 2020, a taxa de desocupação total do Ceará era de 12,1%, sendo 13,2% entre as mulheres e 11,2% entre homens. Outra evidência de desigualdade de gênero no mercado de trabalho na economia cearense é o rendimento médio de todos os tipos de trabalho, aqui incluídos os que estão na informalidade. O rendimento médio total dos trabalhadores cearenses antes da pandemia (março 2020) era de R\$ 1.581,00 sendo o dos homens R\$ 1.694,00 superior em 18% ao das mulheres que era de R\$ 1.437,00.

Às desigualdades de gênero somam-se ainda as diferenças de classe e raça. Enquanto as mulheres brancas e de classes dominantes permanecem, em média, financeiramente dependentes de seus pais e cônjuges, as mulheres negras são submetidas ao trabalho pesado e às mulheres pobres lhes restam vender sua força de trabalho a preços ínfimos e condições precárias.

Com respeito às mulheres economistas, de acordo com os dados do Conselho Federal de Economia (COFECON), 26,8% dos registros profissionais no Brasil são de mulheres. No Ceará, as mulheres economistas representam 30% do total de economistas registrados. De acordo com artigo publicado em revista do FMI, a baixa presença feminina no campo da ciência econômica impacta os processos de desenvolvimento uma vez que mulheres e homens economistas têm percepção distinta sobre a relação entre Estado e mercado e a questão ambiental. É que os homens, na média, priorizam soluções de mercado e as mulheres uma maior intervenção estatal, sobretudo na legislação trabalhista, bem como defendem políticas robustas de controle ambiental.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é ainda acompanhada de conflitos relacionados a preconceitos, assim como a necessidade de autossuperação feminina quanto à sua capacidade de desempenhar papéis

vistos como exclusivamente masculinos, bem como de lidar com a tensão da pluriatividade, profissional e doméstica, no tempo. Daí a necessidade de se continuar a luta pelo protagonismo das mulheres na esfera pública, seja nos movimentos sociais, lideranças de classe e empresariais, seja nos poderes executivo, legislativo e judiciário.

**DESIRÉE CUSTÓDIO MOTA**

Conselheira Efetiva do Corecon-Ce e Mestre em Economia pela UFC.

## EMPREENDEDORISMO FEMININO E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Entrar no mundo do empreendedorismo feminino não é uma tarefa fácil. A maioria das mulheres decidem criar um negócio por necessidade, afinal, 45% dos lares brasileiros são chefiados por elas. Outros aspectos como a busca por horários flexíveis e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho incentivam muitas mulheres a empreender.

As mulheres, de uma forma geral, a cada ano que passa conquistam novos papéis na sociedade e com relação ao mercado de trabalho sua inserção é mais atuante. Hoje, o Brasil é o sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras, segundo fontes da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizado com 49 nações. No Brasil, são mais de 30 milhões de mulheres empreendedoras tocando negócios próprios, gerando empregos e movimentando a economia.

A mesma pesquisa organizada pela GEM, feita com base em dados de 2018, revelou que as mulheres empreendedoras estudam 16% a mais do que os homens: enquanto eles dedicam, em média, 8,5 anos à formação, elas investem 9,9 anos de suas vidas. Em contrapartida, elas ganham menos: o rendimento médio mensal das empresárias é 22% menor. Esse levantamento foi realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Muitos são os motivos que ajudam a explicar estes números. Enquanto no mundo corporativo o preconceito é tido como um dos grandes motivadores da diferença salarial, para as empreendedoras o rendimento inferior pode estar relacionado à impossibilidade de dedicação integral ao negócio. É que muitas delas precisam se desdobrar para administrar as atividades da empresa, os cuidados com a casa e com os filhos.

Ainda segundo o GEM, enquanto os homens dedicam, em média, 37,5 horas ao negócio, as mulheres trabalham 30,8 horas. Os dados evidenciam que conciliar melhor a jornada de trabalho com as tarefas domésticas é um dos grandes desafios para que as mulheres empreendedoras consigam melhores resultados no empreendimento próprio.

Apesar das dificuldades, as mulheres são capazes de obter resultados brilhantes à frente das empresas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), negócios que possuem mulheres em postos de liderança têm melhor desempenho, e isso também acontece no Brasil.

As mulheres empreendedoras também enfrentam desafios para obter crédito e financiamentos. Elas acessam, em média, R\$ 13 mil a menos do que o valor liberado aos homens. Outro dado é que as mulheres tem índices de inadimplência mais baixos. Mesmo assim, elas pagam taxas de juros 3,5% maiores do que a dos empreendedores.

É o que diz o relatório "Mulheres na gestão empresarial: argumentos para uma mudança", feito com base em uma pesquisa que ouviu mais de 13 mil empresas de mais de 70 países. De acordo com o estudo, instituições que passaram a ser lideradas por mulheres obtiveram aumento nos lucros, mais facilidade para atrair e reter talentos, melhora na criatividade e inovação e progresso em relação à reputação das empresas.

Esse resultado reflete a busca das mulheres por uma colocação no mercado de trabalho que permita o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Além disso, há necessidade de conquistar um lugar ao sol frente a uma realidade em que profissionais do sexo feminino ganham, em média, cerca de 70% do salário dos homens.

Nas últimas duas décadas, a quantidade de negócios abertos por mulheres mais que dobrou. Ainda assim, muitos desafios permeiam o empreendedorismo feminino.

O empreendedorismo feminino está em alta. Uma das empreendedoras brasileiras, Luiza Helena Trajano revolucionou a empresa da família e a

transformou em um dos maiores varejistas do Brasil, o Magazine Luiza. Sua história mostra a importância do preparo e estratégia para conseguir resultados maiores e melhores. Além dessa empreendedora, pequenas produtoras locais, profissionais individuais, femininas também compõem uma importante parcela do empreendedorismo no país. Para as mulheres que empreendem e conquistam uma autonomia financeira, há mais chances de interromper ciclos de violência doméstica, por exemplo. Fazer uma história de protagonismo. Outros exemplos de mulheres empreendedoras: Camila Farani, investidora de startups e Cristina Junqueira, Nubank.

O primeiro obstáculo é a falta de oportunidades. O fato de o ramo dos negócios ainda ser predominantemente masculino faz com que muitas mulheres se sintam desencorajadas ou mesmo encontrem as portas fechadas para se tornarem donas do próprio empreendimento. O segundo desafio é a descrença quanto ao potencial. Muita gente pensa que a mulher é menos capaz de ter pulso firme ou de comandar uma empresa de sucesso.

Outro fator também é a questão do tempo. Como 90% das mulheres fazem tarefa doméstica, contra apenas 40% dos homens, as empreendedoras precisam conciliar mais coisas no seu dia a dia. O cuidado com a família, com o negócio e consigo mesma gera uma dificuldade para administrar tudo isso.

Para as mulheres puderem empreender com sucesso é necessário uma boa ideia, comprometer-se com ela, criar um bom produto e vencer a burocracia. Outros pontos importantes: a qualificação é indispensável, tomar as decisões certas faz a diferença, manter a perseverança e cercar-se de pessoas competentes.

Atualmente, com a economia compartilhada, é fundamental inovar constantemente. Mesmo que a sua empresa já esteja consolidada no mercado, é fundamental rever o modelo de negócios e os processos. Por exemplo, empreendimentos escaláveis e disruptivos como os marketplaces estão dominando o mercado. Isso acontece pela praticidade para os clientes e pelo alto potencial de faturamento que apresentam.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres tenham o seu potencial valorizado. Embora os números mostrem uma maior participação feminina no universo empreendedor.

**ROBERTO PONTES**

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente,  
economista, palestrante e professor universitário

## O PROTAGONISMO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR - FATOR DE SUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICO

É inegável a participação da mulher na agricultura familiar e economia brasileira.

Neste contexto, comprovam-se os aspectos relativos à segurança nutricional e alimentar da população como sendo garantidos pela produção da agricultura familiar em cerca de 70% dos alimentos consumidos no país.

O perfil de tal produção incorpora, ainda, os eixos de sustentabilidade dos alimentos produzidos, uma vez que, há, de fato, o resguardo dos recursos naturais e a biodiversidade, onde as práticas agricultáveis não se utilizam de pesticidas ou agrotóxicos.

Por outro lado, embora, reconheça-se a presença governamental, como forma de mitigar as externalidades negativas, através, dentre outros, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que propiciam incentivos à produção e a comercialização em cerca de 90% dos municípios brasileiros, e assim, ensejando em fortalecimento da renda familiar dos e das empreendedores(as) do campo.

Em consonância com os programas supramencionados, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL), identifica avanços significativos alcançados pela agricultura familiar em meio à sociedade brasileira, ao considerá-la como atividade

estratégica para o desenvolvimento socioeconômico das famílias brasileiras, em especial, às residentes na área rural.

Ao mencionarmos a presença, firme e atuante, da mulher, resgatamos seu protagonismo em propiciar alimentos saudáveis na mesa de seus filhos e parentes, em meio às técnicas de manejo sustentável do solo, e ainda, como forma de enfrentamento do fantasma da insegurança alimentar e nutricional, e porque não dizer: a fome.

Historicamente e não data de muito longe, os relatos, sempre presente, de mulheres que, solitárias com a ausência de seus companheiros, idas às outras terras – as capitais, em busca de uma vida melhor e menos impactadas pelas variações climáticas, emprestaram seus maiores esforços de preservação de sua prole, gerando, em contrapartida o êxodo rural que, tantos problemas causam a todas e todos envolvidos.

Foi no esteio de necessidades que a mulher brasileira foi à luta, ou melhor, ao campo, de forma a resgatar o estereótipo de submissão e, no contexto, da dependência alimentar imposta por fatores culturais e econômicos. Assim, ela, assume seu protagonismo, toma pela mão o seu destino e os dos seus. Para tanto, incorpora, quase como uma selvagem, o desafio de prover, tal qual os lobos gregários por natureza, curiosos, possuidores de grande resistência e força (ESTÉS, 2018)

Nessa direção e sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como os anos década de 2019 – 2028, a dedicada à Agricultura Familiar, com referência à promoção de melhores políticas públicas na oferta de mais oportunidades para o combate à fome e pobreza, na busca de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mas, passemos a volver nosso olhar para questões que envolvem as iniciativas das Políticas públicas, em específico, às voltadas para a agricultura familiar e, assim alcançar o protagonismo feminino avançado.

Não obstante, resta uma questão de ordem: as Políticas públicas têm sido suficiente para aplacar as necessidades impostas pela segurança socioeconômica, alimentar das famílias, em especial, às capitaneadas por mulheres solitárias?

Neste tocante, dentre outras políticas, abordaremos os programas PNAE; o PRONAF; e, o PAA, indiscutivelmente, necessários e importantes, dentro de seus objetivos e metas.

Trataremos, inicialmente, o PNAE, pioneiro na Política pública brasileiro, uma vez que data do ano de 1955, imbuído em contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial; para o aprendizado e rendimento escolar, tendo como fundamento a oferta de alimentos e nutrição, a fim de que alcancem necessidades e reforcem a proteção da segurança alimentar dos estudantes.

Subjacentemente, o PNAE buscou alcançar o empreendedor familiar rural por meio da agricultura, ainda, alcançar as escolas em seus municípios. Neste contexto, os agricultores, e assim, as mulheres agricultoras, puderam ter acesso ao mercado institucional, uma vez que, prevalecendo os percentuais de 30% (trinta por cento) das compras governamentais, previstos em Lei específica, inclusive com dispensa de processos licitatórios de compra pelo Governo.

Em outra vertente do PNAE é a conjunção entre a alimentação escolar e a agricultura familiar que repercute, de forma direta e objetiva, na vida socioeconômica da célula familiar, no município, representando iniciativa de grande impacto na renda de homens e mulheres, além de favorecer no escoamento dos produtos oriundos de seus plantios.

A esse respeito, vejamos o segundo programa, o Pronaf Mulher, subprograma criado através do Pronaf em 2003, que objetiva ampliar a capacidade produtiva feminina, melhoria da sua qualidade de vida e família; fortalecimento da cidadania, em uma perspectiva econômica e política, alcançando a si e sua família, e a comunidade a que pertence.

O Pronaf Mulher executado, por exemplo, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como agente público de fomento e incremento de Políticas públicas, disponibiliza recursos para essa modalidade de apoio. Por exemplo, para o último biênio 2019-2020, as taxas foram: Pré: 3% a.a.; Pós: até (1,33%) a.a. mais FAM.

Sabemos, ainda, que, carecem de melhorias nas taxas de financiamento, além do que, outras iniciativas de melhorias, podem e devem ser adotadas. Embora, saibamos que os recursos financeiros disponibilizados para homens sejam muito superiores do que para mulheres.

A esse respeito e, além dele, o resultado econômico entre homens e mulheres que labutam na agricultura, dificilmente, será alcançado se, medidas precursoras não forem implementadas, tais como: apoio técnico visando difundir conhecimentos sobre o tipo lavoura é adequada para o solo a ser

plantado; domínio de técnicas de plantio, inclusive a disponibilidade hídrica; fornecimento de fonte energética para a irrigação, ainda, a existência de seguros de proteção à mulher da agropecuária familiar.

Em outros termos, tais seguros devem alcançar a maternidade; as, eventuais, ausências no plantio, decorrentes dos cuidados com filhos doentes etc., ainda, muitas vezes, com a ausência do companheiro; ou por assistências a genitores que, por um motivo ou outro, foram incorporados ao convívio familiar, e cuja sustentação advém dos resultados do plantio.

Inserem-se os aspectos ligados aos tipos de investimentos, caso haja recursos ociosos ou residuais de safras anteriores ou, em andamento, onde a presença de economistas contratados pela agência de fomento poderia ser de grande valia à mulher agropecuária.

Vejamos, na sequência, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nascido em 2003, buscou a promoção do acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

A 'mecânica' do PAA é a compra dos alimentos produzidos pela agricultores(as), com dispensa de licitações, onde os produtos adquiridos são, em princípios, destinados aos outros programas socioassistenciais do Governo, além de retroalimentar os estoques públicos de alimentos.

Complementarmente, incorpora-se aos objetivos do PAA, com o advento das compras governamentais, o fortalecimento das redes de distribuição, além de valorizações decorrentes da prática da produção orgânica, agroecológica e valorização da biodiversidade etc. O associativismo e cooperativismo são, também, favorecidos no âmbito do programa.

Segundo noticia o Ministério da Cidadania, em 2019, o Governo federal disponibilizou valores acima de R\$285 milhões por meio de compras institucionais, utilizando-se do lema: mais alimentos mais renda, o PAA alcança pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além da rede pública e filantrópica de ensino. Se considerarmos que, grande parte da agricultura familiar, é liderada pela mulher, mais uma vez, identificaremos sua presença e protagonismo.

De forma suplementar, mas, não menos importante, foquemos nossas atenções nesta mulher aguerrida, que toma a si, a responsabilidade pela manutenção de sua prole e parentes.

Porém, está escrito que, não só de pão vive o homem! Assim, as Políticas

publicas devem, além, do apoio financeiro, destravar itens que possam dificultar o acesso ao mercado consumidor à mulher agricultora, de forma a favorecê-la na comercialização de seus produtos.

Desse modo, amparar a mulher empreendedora agrícola em seu resgate à cidadania, posicioná-la como agente modificador da sociedade em que vive, se faz necessário.

Para tanto, a verdadeira inclusão, deve ocorrer por meio da educação; do saber, provê-la de conhecimentos a fim de que possa, conscientemente, apresentar-se na sociedade como defensora das mudanças que a levem a igualdade de gênero.

Sim, mudanças sociais são precedidas de alterações na renda, do poder aquisitivo, assim, uma vez que as Políticas públicas ensejem em maiores remunerações sobre os produtos da agricultura familiar, a empreendedora agrícola familiar poderá ocupar seu lugar em meio aos seus pares. Nessa mesma abordagem, a construção do protagonismo feminino poderá se manifestar no crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar, inclusive, dos direitos inerentes à sua atuação no campo.

O Governo e suas Políticas públicas, bem como, a sociedade em geral, obriga-se a reconhecer a luta e o protagonismo feminino, notadamente, as que lidam no meio rural, absorvendo o entendimento de que tais necessidades e reivindicações, surgem da maior visibilidade e valorização do trabalho produtivo das mulheres.

Em outra vertente, conforme clama Siliprandi (2011), tais lutas das mulheres rurais pela produção na terra, incluem direitos previdenciários, autonomia e visibilidade no trabalho rural, e, não se pode deixar ao largo, as operações econômicas, posicionando a mulher como sujeito de direito e reivindicação em seu protagonismo no desenvolvimento rural.

Em corroboração observamos o pensamento de Carneiro (1994) que dar relevância a atividade, à luta das mulheres trabalhadoras rurais, se incorpora ao reconhecimento de sua identidade como trabalhadoras mães e cônjuges. Enfim, celebremos o oitavo dia do mês de março - dia das mulheres, guerreiras, que vão à luta, ao campo, e que, como dito, capazes de correr com os lobos, possuidoras que são de força e obstinação.

**ALVARO MARTINS DE CARVALHO FILHO**

Conselheiro do Corecon - Ce, Economista,  
Professor Uniateneu, Mestre em Gestão e Negócios Turísticos

## AS DETERMINANTES DA DEMANDA TURÍSTICA NO CEARÁ

### Introdução

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu habitat, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos de uma atividade remunerada no lugar visitado (ONU, 1999, p. 5). O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual. (NACIONES UNIDAS / UNWTO, s/d, p. 1).

O Estado do Ceará tem 148.894,757 km<sup>2</sup> e localiza-se na zona litorânea do Nordeste com uma população de 9.132.078 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Banhado pelo mar na costa leste, o Ceará tem vantagens relacionadas ao turismo de sol e mar e ao comércio internacional.

No Ceará, as atividades de agropecuária, turismo e indústria são a base econômica do estado, Cada uma dessas atividades contribui com novas perspectivas em conectar o Ceará ao Mundo, com a balança comercial em superávit, valorizando a economia doméstica com arrecadações e investimentos a serem explorados.

## Determinantes da demanda pelo turismo no Ceará

A demanda por destinos turísticos depende de uma série de fatores, tais como: renda, idade, tempo de permanência no destino, tipo de acomodação utilizado, distância entre a região emissora de turistas e o destino, número de filhos, estado civil, perfil psicológico, taxa de câmbio, tipo de transporte, conhecimento prévio sobre o destino, prática do mesmo idioma, motivos da viagem (turismo religioso, por exemplo), existência de fronteiras em comum, dentre outros (JEDRZEJCZAK, 2004; RIGALL-I-TORRENTE et al., 2011).

Geralmente, o número de turistas que chegam a um determinado destino é a *proxy*<sup>1</sup> mais usada para estimar a demanda turística (BASHAGI; MUCHAPONDWA, 2009; SONG et al., 2010; ZHANG, 2015).

Os determinantes da demanda turística discutidos na pesquisa são: a renda do consumidor, a taxa de câmbio relacionada com a valorização do dólar perante o real, as Unidades Habitacionais, a criminalidade, o índice pluviométrico e o PIB *per capita* dos 10 estados que mais emitem turistas ao Ceará.

### a) Renda

A renda ocupa papel importante entre os determinantes dos fluxos turísticos internacionais por ser responsável pela entrada de divisas (HABIBI; RAHIN et al., 2009). Na perspectiva de Surugiu et al. (2011), quando o custo de vida em um determinado destino é menor que o do país do turista, maior é a demanda de turismo e vice-versa.

### b) Taxa de Câmbio

Evidentemente, a eventual influência da taxa de câmbio sobre a demanda por um destino turístico diz respeito ao envolvimento de dois países. Entretanto, a taxa de câmbio pode também influenciar na escolha do turista nacional por um destino no exterior ou em seu próprio país. Dessa forma, Eugenio-Martín et al. (2004) afirmam que essa variável tem sido vista como uma das principais determinantes da demanda turística (SURUGIU et al., 2011; CULIUC, 2014).

No Anexo A, é demonstrada a dispersão do número de turistas x taxa de câmbio. Os preços relativos e essa taxa são outros determinantes da demanda

1 - Proxy é o termo utilizado para definir os intermediários entre o usuário e seu servidor, assim sendo desempenha uma função de conexão do computador (local) à rede externa (internet). (TECMUNDO, 2020).

turística comumente usada em modelos de regressão (OH; DITTON, 2006; DWYER; FORSYTH, 2002; SAAYMAN; SAAYMAN, 2013; CHAO *et al.*, 2013; DE VITA; KYAW, 2013).

### **c) Número de unidades habitacionais**

O importante é adaptar-se a oferta das unidades habitacionais, tipo de experiências, de modo que aquelas não sejam apenas locais para dormir e descansar, mas ambientes que poderão proporcionar uma estada agradável aos seus hóspedes, valorizando as viagens, em interação com a população local, fazendo os visitantes conhecerem os costumes e a cultura e apreciarem a gastronomia do destino por eles escolhido (STARCEVIC; KONJIKUSIC, 2018).

### **d) Criminalidade**

A segurança do turista costuma estar associada a fatores como estabilidade política, social e econômica, oferta de produto turístico, infraestrutura adequada, dentro do contexto em que o nordeste brasileiro se destaca cada vez mais. Sendo uma região de grande potencial turístico e de grande relevância por sua realidade socioeconômica, deve fomentar políticas públicas voltadas para a redução dos índices de criminalidade, tornando-se uma região ainda mais atrativa sob a ótica dos visitantes (GOLLO, 2004).

### **e) Índice pluviométrico**

O Índice pluviométrico é expresso em milímetros cúbicos e mede o volume de chuvas e suas variações. Em regiões onde o principal tipo de turismo é o de sol e mar, as chuvas possuem um peso significativo na decisão do consumidor em viajar ou não para esses destinos.

**Quadro 1 – Impacto do PIB *per capita* dos 10 principais estados emissores de turistas para o Ceará**

Estados	Aumento médio de turistas esperados no Ceará para cada R\$1,00 de aumento no PIB <i>per capita</i> dos principais estados emissores	P-value	R <sup>2</sup> (%)
São Paulo	42	0.000	95
Rio de Janeiro	47	0.000	94
Bahia	106	0.000	97,5
Minas Gerais	60	0.000	95,8
Estados	Aumento médio de turistas esperados no Ceará para cada R\$1,00 de aumento no PIB <i>per capita</i> dos principais estados emissores	P-value	R <sup>2</sup> (%)
Pernambuco	61	0.00	93,0
Distrito Federal	36	0.00	97,4
Paraná	47	0.00	95,7
Rio grande do Norte	83	0.00	96,1
Santa Catarina	62	0.000	98,7
Rio Grande do Sul	49	0.000	95,3

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com dados da SETUR (2019).

## Resultados e Considerações Finais

No Nordeste, esses dois Estados, Rio Grande do Norte e Bahia, são os que mais contribuem para o envio de turistas para o Ceará, quando ocorre o aumento de 1% no PIB *per capita* desses estados. Na região Sudeste, Minas Gerais é o estado que mais contribui para a entrada de emissores no Ceará, quando ocorre o aumento no seu PIB *per capita*. Na região Sul, embora geograficamente mais distante do Nordeste, Santa Catarina é o Estado que mais contribui para o envio de turistas para o Ceará, uma quantidade acima da emitida por Minas Gerais. Por fim, embora com um alto poder aquisitivo e sem praias, o aumento no PIB *per capita* no Distrito Federal é o que gera menos impacto sobre a emissão de turistas para o Estado.

Neste estudo, os resultados mostraram que o índice de pluviometria, o PIB *per capita* dos principais estados emissores, a taxa de câmbio, o número de

Unidades Habitacionais disponíveis – analisados no período 1998-2018 – foram estatisticamente significantes para determinar o número de turistas no Estado do Ceará.

As implicações dessas descobertas empíricas contribuem para a formulação de políticas públicas e estratégias para aumentar a demanda turística no Estado.

Em relação à criminalidade, faz-se necessário o fortalecimento das políticas de segurança pública, com foco acentuado em locais onde a procura de turistas é maior, tais como: pontos turísticos, beira-mar, praias, feirinhas de artesanato, locais que concentram bares e restaurantes da moda, etc.

Com relação à taxa de câmbio em alta, é de relevância mensurar o quantitativo das chegadas de turistas internacionais ao Ceará, propiciando o movimento de entrada maior do capital estrangeiro, gerando parcerias com o governo no âmbito fiscal, com isenção de impostos, assim permitindo crescimento e desenvolvimento econômicos do local, aumentando a oferta de empregos para os residentes.

A atividade Turística na Pandemia no Ceará despencou 40,9% no ano no Estado e retomada depende de controle da pandemia (ABIH-CE,2021) No Ceará mesmo alguns hotéis não fechando, continuaram abertos com uma tarifa mínima de entrada de turistas com menos da capacidade desejada com em até 20% de ocupação.

Assim sendo alguns hotéis tiveram que encerrar suas operações que a passos lentos estão tentando reinventar-se para o novo cenário econômico em que vivemos que jamais será o mesmo diante desse colapso que é a Pandemia do Covid-19.

Na comparação entre dezembro de 2020 e de 2019, o índice de volume de atividades turísticas no Estado do Ceará apresentou retração de 30,6%, a décima taxa mensal negativa seguida. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

As doze Unidades da Federação onde o indicador é investigado mostraram recuo nos serviços voltados ao turismo, com destaque para São Paulo (-37,4%), seguido por Rio de Janeiro (-29,1%), Minas Gerais (-30,4%), Rio Grande do Sul (-37,3%), Paraná (-24,6%) e Santa Catarina (-31,8%). (IBGE, 2020). As atividades turísticas no País perderam 36,7% em volume de serviços prestados em 2020 ante 2019.

No Ceara, houve uma estabilidade do índice em dezembro, após sete

meses seguidos de altas, mas ainda foi insuficiente para apagar as fortes perdas no auge da pandemia. O segmento ainda necessita avançar 42,9% para retornar ao patamar de fevereiro/2020. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

Por fim, diante de mudanças diversas no cenário atual, extremamente incerto em razão da pandemia do Covid-19 modificam-se exponencialmente, por sua vez, as expectativas das demandas turísticas a serem avaliadas. Desta forma, entender o que pode ser feito e qual política tem mais impacto na promoção e recuperação do turismo no estado do Ceará – onde o turismo tem um peso considerável para a economia –, torna-se ainda mais importante.

As tendências do turismo como atividade socioeconômica são baseadas em experiências em locais distantes, em que o turista irá compartilhar e vivenciar as atividades desse lugar, dentro de uma cultura local com a gastronomia, com o aconchego de dormir em acampamentos dentre outras tarefas, o turismo doméstico também será uma nova opção para visitar lugares próximos ou distantes, na busca de um novo cenário turístico que já existe mais não era explorado e turismo de aventuras em locais exóticos com um turista mais exigente com maior renda e desprendido aos locais.

## REFERÊNCIAS

BASHAGI, A.; MUCHAPONDWA, E. What actions could boost international tourism demand for Tanzania? **Journal for Studies in Economics and Econometrics**, v.32, n.2, aug. 2009.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Indicadores turísticos 2006/2017**. Fortaleza: Setur, 2018. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2018/10/Indicadores-2006-2017.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Ceará mantém crescimento e recebeu 74% mais turistas estrangeiros estes anos**. Fortaleza: Setur/CE, 2019. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/2019/09/25/ceara-mantem-crescimento-e-recebeu-74-mais-turistas-estrangeiros-este-ano/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CULIUC, A. Determinants of international tourism. **Strategy and Policy Review Department**, v.14, n.82, p. 1-46, mayo 2014.

DIÁRIO DO NORDESTE. Pandemia derrubou índice de atividades dos serviços

ao pior patamar da série histórica do IBGE, iniciada em 2012. Turismo despencou 40,9% no ano no Estado e retomada depende de controle da pandemia, avalia presidente da ABIH-CE. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 fev. 2021. Negócios.

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/com-forte-retracao-do-turismo-volume-de-servicos-cai-136-no-ceara-1.304615>. Acesso em: 24 fev.2021.

GOLLO, G. G. **Segurança e Turismo**: percepções quanto ao aspecto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

JEDRZEJCZAK, M. F. The modern tourist’s perception of the beach: Is the sandy beach a place of conflict between tourism and biodiversity? **Coastline Reports**, n.2, p.109-119, 2004.

UNITED NATIONS; WORLD TOURISM ORGANIZATION. Recommendations on tourism statistics. New York: ONU, 1994

OH, C.; DITTON, R. Using recreation specialization to understand multi-attribute management preferences. **Leisure Sciences**, n.28, p.369-384, 2006.

SAAYMAN, A.; SAAYMAN, M. Exchange rate volatility and tourism: revisiting the nature of the relationship. **European Journal of Tourism Research**, v.6, n.2, p.104-121, 2013.

SURUGIU, C.; LEITÃO, N. C.; SURUGIUA, M. R. Panel data modeling of international tourism demand: evidences for Romania. **Ekinomska istraz̃ivanja**, v.24, n.1, p.134-145, 2011.

ZHANG, Y. International arrivals to Australia: determinants and the role of air transport policy. **Journal of Air Management**, v.44-45, p. 21-24, 2015

## APÊNDICE A – TABELA VARIÁVEIS DEPENDENTES X VARIÁVEIS INDEPENDENTES

	Var. Dependente	Variáveis Independentes					Dummy	Var. Independente	Dummy
Ano	Número de turistas	Núm. Homicídios	UH's disponíveis	Precipitação pluviométrica	Câmbio	Principais emissores	Distância	PIB das regiões emissoras	Região Nordeste 0 = Não 1 = Sim
1998	1.297.528	1.349.00	4.641	875	R\$ 1,29	São Paulo	3090	74.664	0
1999	1.388.490	1.553.00	5.215	1.450	R\$ 1,96	Rio de Janeiro	2587	78.551	0
2000	1.507.914	1.719.00	8.149.	1.550	R\$ 2,16	Bahia	1298	82.517,00	1
2001	1.631.072	1.701.00	9.592.	1.150	R\$ 2,60	Minas Gerais	2192	90.188,00	0
2002	1.629.422	1.888.00	9.903.	1.500	R\$ 3,63	Pernambuco	809	99.588	1
2003	1.550.857	2.015.00	10.031.	2.171	R\$ 3,03	Distrito Federal	2119	112.388,00	0
2004	1.784.354	2.012.00	10.251.	1.600,00	R\$ 2,83	Paraná	3633	125.804,00	0
2005	1.968.856	2.098.00	10.407.	1.034,50	R\$ 2,77	Rio Grande do Norte	342	137.207,00	1
2006	2.062.493	2.181.00	10.394.	1.421,30	R\$ 2,81	Santa Catarina	3838	149.150,00	0
2007	2.079.590	2.319.00	10.316.	1.311	R\$ 2,60	Rio Grande do Sul	4197	168.092	0
2008	2.178.395	2.389.00	10.365	920	R\$ 3,23			186.746	
2009	2.466.511	2.533.00	8.829	1.211	R\$ 2,55			198.999	
2010	2.691.729	3.180.00	9.738	537	R\$ 2,24			227.219	
2011	2.848.459	3.273.00	10.119	997	R\$ 2,42			327.197	
2012	2.995.024	4.463.00	10.150	362	R\$ 2,73			355.864	
2013	3.141.406	5.095.00	10.259	547	R\$ 3,22			374.713	
2014	3.262.259	5.231.00	10.779	546	R\$ 3,15			399.747	
2015	3.343.815	4.675.00	11.578	523	R\$ 4,22			414.392	
2016	3.243.501	4.063.00	11.709	555	R\$ 3,53			460.066	
2017	3.384.593	6.023.00	11.740	698	R\$ 3,90			431.614	
2018	3.560.575	4.460.00	11.758	802	R\$ 4,41			412.186	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com dados da SETUR/CE (2019); IBGE (2020); IPEADATA (2019); PANORAMA DA HOTELARIA BRASILEIRA (2019); FUNCEME (2020); IBGE, (2020).

# Comissão Mulher Economista homenageia economistas e empreendedoras.

Por indicação da **COMISSÃO MULHER ECONOMISTA**, o Corecon-Ce tem a honra de homenagear a Economista Mônica Alves Amorim, pela sua brilhante atuação na academia, a Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos como representantes das Mulheres Empreendedoras do Estado do Ceará, por sua trajetória profissional de sucesso e perseverança e a empreendedora Neide Martins, pela trajetória e resiliência ao liderar seu pequeno negócio familiar informal.

## » Mônica Alves Amorim «



Nasceu em Jaguaribe, Ceará, onde seu pai era o único Médico do município. Aos seis anos de idade, mudou-se de lá para Fortaleza, mas ainda guarda na lembrança o banho no rio, o queijo, a coalhada e as pessoas chegando de cavalo dos povoados próximos para virem à feira e para serem consultadas na cidade.

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Estudos Urbanos e Planejamento pelo Massachusetts Institute of Technology-MIT (EUA), onde também cursou doutorado em Desenvolvimento Econômico Internacional, tendo concluído todos os créditos e exame de qualificação, exceto a apresentação da tese. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, realizou o doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação, com especialidade em Políticas Públicas Comparadas.

Professora Associada da Universidade Federal do Ceará, integra, desde 1983, o Departamento de Teoria Econômica, onde ministrou disciplinas de Economia Matemática, Organização Industrial e Economia Regional. Foi também, por diversas vezes, vice-chefe desse Departamento e chefe da Comissão de Pesquisas.

No Governo do Estado do Ceará, foi coordenadora de planejamento da extinta Secretaria de Indústria e Comércio-SIC, membro de conselho de empresas estaduais, e consultora da área de projetos industriais da Fundação Núcleo de Tecnologia do Ceará-NUTEC, onde também foi diretora administrativo-financeira, a primeira mulher a ocupar o cargo. Ainda do Governo do Estado, foi fundadora e presidente do Centro de Estratégias de Desenvolvimento-CED, do Governo do Estado do Ceará, posteriormente incorporado ao atual IPECE.

Sua área de pesquisa compreende temas ligados ao Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Econômico Comparado e a Nova Economia. Pesquisadora e consultora de instituições nacionais e internacionais nos temas planejamento e desenvolvimento local, incluindo organização de pequenas empresas e tecnologias sociais. Contribuiu para a elaboração, implementação e avaliação de diversos programas de desenvolvimento regional no Brasil e no exterior. Recebeu prêmios nacionais e internacionais por trabalhos realizados sobre estratégias de desenvolvimento. Atualmente, desenvolve estudos no campo da "Nova Economia", onde pesquisa o potencial de fatores intangíveis para gerar valor e fortalecer economias locais. De forma pioneira, sua pesquisa analisa como a paisagem pode estruturar a expansão econômica e o desenvolvimento local sustentável.

Cultiva interesse em diplomacia pública, tendo acumulado experiência em iniciativas que fomentem a cooperação internacional,

principalmente entre o Brasil e a China, contribuindo para a formação de parcerias entre cidades e instituições dos dois países. Há mais de dez anos atua como membro do board de uma associação criada na China para promover o desenvolvimento de regiões de montanhas. Desde 2017, é diretora geral do Instituto Confúcio da Universidade Federal do Ceará, em parceria com a Universidade de Nankai (China).

Atua de forma voluntária em iniciativas de organização comunitária, sendo atualmente presidente da Associação de Moradores do Bairro De Lourdes-AMBD, onde reside há cerca de 25 anos.

Aprecia a arte, artesanato, cultura popular, música antiga e tudo ligado à natureza. Gosta de ler sobre a vida e obra de mulheres fortes, como a imperatriz Leopoldina, Dona Ana Pimentel, Bárbara de Alencar, e Dina Martins (vaqueira, aboiadora e mestre da cultura cearense), entre outras.

## » Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos «



Começou sua atividade profissional como agricultora e depois no ramo de material de construção, motivada por parte da família que já era ceramista.

No ano 2000, se tornou fornecedora de marmitas para uma construtora que construía a Penitenciária de Juazeiro do Norte e de duas escolas na mesma cidade.

Através de seu trabalho dinâmico e sinônimo de confiança e qualidade, logo despertou a atenção do proprietário da construtora, que lançou a proposta de se tornar fornecedora de 30 marmitas aos seus trabalhadores. No início relutou, uma vez que não tinha experiência e estrutura para assumir tamanho desafio. Porém, seu empreendedorismo prevaleceu e aceitou. Inicialmente, montou uma sociedade com sua cunhada, que já tinha experiência no ramo e poderia auxiliá-la nesta empreitada.

Foi com esse começo que D. Idalina acreditando no seu trabalho e nunca desistindo diante das dificuldades encontradas no caminho que balisou o êxito atual de sua Empresa.

Paulatinamente sua empresa foi crescendo, obtendo contratos, que aumentou significativamente o volume de marmitas por dia. Com isso, passou por reformulações, uma delas foi após desistência de sua sócia e mesmo assim prosseguiu ganhando mais licitações de Fornecimento de Refeições Coletivas, dentre elas o fornecimento de refeições para o Sistema Penitenciário, um marco na trajetória de sucesso da empresa.

Foi na Penitenciária do Juazeiro do Norte que Dona Idalina recebeu o convite do Sr. Manuel Botelho, na época proprietário da Conap Segurança, empresa terceirizada responsável por toda a logística, administração e segurança da Penitenciária, para atuar em duas unidades prisionais do Estado. Esta foi sua primeira experiência como fornecedora de refeições em presídios.

O reconhecimento da excelência de seu trabalho na unidade prisional veio logo em seguida com o convite para fornecer alimentação na Penitenciária de Sobral.

Ao longo do tempo foi adquirindo expertise no setor penitenciário, e passou a ganhar espaço nas demais unidades prisionais e nas cadeias públicas.

Em 2008 montou um galpão para atender a demanda da crescente empresa, mas somente em 2012 a empresa se transferiu para o local onde é hoje a primeira indústria de refeição coletiva do Nordeste, localizada próximo ao Km 8 da BR-116.

Ao longo de sua trajetória, a ISM GOMES DE MATTOS EIRELI buscou novos contratos, tanto privados como com a administração pública, em diversos segmentos, como construção civil, hospitais, universidades, escolas, unidades prisionais, e atua em 15 estados da Federação. Hoje são mais de 1.000 colaboradores e mais de 100.000 refeições por dia, com sede própria, com 8.800 m<sup>2</sup> de área construída.

A ISM detém um contrato com o Tribunal de Justiça do Ceará, onde presta um relevante serviço à sociedade dando empregabilidade aos ex-detentos, encaminhados pela referida instituição, bem como pela Secretária de Justiça e Cidadania. Hoje são 101 ex-presidiários empregados, com carteira assinada, recebendo a oportunidade dignificante de inclusão social por meio do trabalho.

Desde 2015, a ISM é certificada pela NBR 15635 e o selo PAS do SENAC e, recentemente, recebeu a Certificação ISO-9001, estando assim em conformidade aos mais altos padrões de qualidade em boas práticas de fabricação.

## » Neide Martins «



### **NEIDINHA, EMPREENDEDORA DA TAPIOCA DA BEIRA MAR**

Neide Martins, conhecida como Neidinha da tapioca da Beira Mar, 49 anos, natural de Fortaleza-Ceará, concluiu 6º ano do ensino fundamental, reside no bairro Passaré e trabalha em frente ao hotel Beira Mar.

Em 2001, iniciou suas atividades profissionais, na época vinha de ônibus, tinha um carrinho de venda de tapiocas simples e cafés. Em 2014, comprou financiado seu carro e inseriu seus 02 (dois) filhos Helton (22 anos) e Heverton (25 anos) no negócio. Expandiu os produtos de venda para tapioca de côco (simples, carne de sol e queijo) e cuscuz (queijo e carne). Os equipamentos forno/fogão, bicicleta e caixotes foram doados pelos clientes. Como tem que estar na Beira Mar às 4h30 da manhã, acordam às 1h30 da manhã para ralar o côco, fazer o leite de côco, preparar o café, ferver o leite e preparar o cuscuz. São, em média, 70 tapiocas e 30 cuscuz que comercializa por dia. Toda sua venda é realizada à vista. Os preços das tapiocas variam de R\$ 2,00 a R\$ 4,00, enquanto o cuscuz de R\$ 3,00 a R\$ 4,00. Em média, o faturamento bruto é de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) ao dia. Trabalhando de terça a sábado fatura R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) ao mês. Esse faturamento é para comprar matéria prima, por gasolina no carro, pagar o financiamento da casa própria e do veículo, além de sustentar os dois filhos que residem com ela, O pai mora na sua casa e recebe uma aposentadoria da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) no valor

de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) que complementa no pagamento das despesas.

Neidinha capricha na qualidade das tapiocas e no atendimento amigável com sua clientela que é muito fiel. Ela disse que não tem anotação de quanto ganha nem quanto gasta e nunca tirou empréstimo. Disse que tem vontade de se registrar para ter direito a aposentadoria para ela e seus filhos. Esse é um dos seus sonhos.

Todos os dias eles realizam um ato de solidariedade doando os lanches que sobram para os moradores de rua da Beira Mar. O espírito solidário da D. Neide dá uma esperança de um dia melhor a cada amanhecer.

Em 2019, testou mais um ponto de venda na beira mar, mas não obteve êxito devido a falta de pessoas para trabalharem no horário da madrugada.

E em 2020, veio a pandemia que piorou mais ainda a situação, pois ficou 4 meses sem trabalhar, de março a julho. Nesse período recebeu auxílio emergencial do Governo Federal no valor de R\$ 3.000,00 ( três mil reais), que amenizou a sua situação e ajuda dos clientes..

Os seus planos para o futuro é receber da PMF um dos 700 (setecentos) containeres que serão cedidos pelo Governo Municipal no formato de concessão. E quem sabe puder regularizar seu negócio com a formalização do MEI (Micro Empreendedor Individual).